

Plano Nacional de Saúde – a chamada às armas

ARMANDO BRITO DE SÁ*

A publicação do novo Plano Nacional de Saúde português é um momento da maior relevância^{1,2}. Um grupo considerável de técnicos de todas as áreas, naturalmente com predominância de profissionais de saúde, foi chamado a produzir um conjunto de textos que deverão constituir a referência para os nossos passos até 2010. Estruturado em duas secções complementares – «Prioridades para 2004-2010» e «Orientações Estratégicas para 2004-2010», este Plano constitui aquela que é, provavelmente, a mais exaustiva enumeração e identificação dos problemas enfrentados pela saúde em Portugal alguma vez efectuada entre nós. O Plano identifica problemas e, de modo desassombrado e claro, identifica prioridades. Ao fazê-lo, o Plano cria imediatamente condições para, simultaneamente, funcionar como guia operacional e para ser criticado de modo sistemático. Um texto passível de interpelação e crítica como este é uma preciosidade para o debate e uma contribuição inestimável para o desenvolvimento do sistema de saúde. Poderíamos gastar todas as páginas de todos os números da Revista até ao fim do ano e não esgotaríamos todos os temas abordados no Plano.

É papel da Revista debater áreas-chave no seu âmbito, e o papel da medicina geral e familiar na área da investigação em saúde é, sem dúvida, uma

das suas pedras de toque. Vale assim a pena analisar sucintamente, e do nosso ponto de vista, as referências à investigação em saúde constantes do Plano³. Para além da identificação de problemas de saúde prioritários em que é explicitamente compreendida a necessidade de mais investigação, o problema da organização dessa mesma investigação é objecto de uma secção própria. O diagnóstico é correctíssimo. Discute-se a «Inexistência de um sistema de investigação em saúde que garanta um conhecimento científico equilibrado sobre a realidade nacional». Salienta-se a importância e impacto conseguidos com o financiamento efectuado através da Comissão de Fomento de Investigação em Cuidados de Saúde. É afirmado, e muito bem, que «A investigação tem um baixo peso nas carreiras da saúde» e que os investigadores são olhados, se não com animosidade, pelo menos com alguma desconfiança. De um modo geral é identificada a inexistência de uma estratégia de investigação e a dispersão de áreas e recursos e, não dito mas subentendido de modo claro, compreende-se que hoje a investigação em saúde entre nós está sobretudo dependente da capacidade pessoal e institucional de captar recursos para os seus projectos, independentemente de qualquer estratégia global.

A agenda de prioridades identifica uma sequência operacional aplicável a cada problema de saúde concreto. Ao considerar prioritárias as «doenças crónicas e, particularmente, prevalentes e/ou incapacitantes como as doenças

*Director da Revista Portuguesa de Clínica Geral

cardiovasculares, o cancro, a SIDA, doenças mentais [...] doenças genéticas e sobre determinantes de saúde como os estilos de vida ou as causas dos acidentes [...]», o Plano faz um inescapável apelo aos médicos de família portugueses para se envolverem na agenda de investigação nacional. A rede Médicos Sentinela é um exemplo de sucesso de uma das formas de intervenção dos médicos de família neste processo⁴, mas o nosso papel não se pode de modo algum limitar a este âmbito. É muito importante que as instituições e estruturas de cuidados de saúde primários incentivem o maior número possível de médicos de família a utilizar tempo de serviço para desenvolver actividades de investigação de modo estruturado, nomeadamente através da realização de trabalhos de pós-graduação, mestrado e doutoramento. Lenta mas seguramente a universidade oferece cada vez mais oportunidades aos profissionais de saúde nesta área. A medicina geral e familiar portuguesa, com os seus vinte anos de história, tem um conhecimento da realidade da saúde dos portugueses que seria criminoso não utilizar. O Plano Nacional de Saúde constitui uma chamada às armas a todos os médicos de família que compreendem que, a par da prática clínica de excelência e do ensino da especialidade, a produção de investigação de qualidade em medicina geral e familiar é cada vez mais uma necessidade fulcral para o desenvolvimento dos médicos de família, dos cuidados aos nossos pacientes e da saúde de Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde – Prioridades para 2004-2010. Lisboa: Ministério da Saúde; 2004.
2. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde – Orientações estratégicas para 2004-2010. Lisboa: Ministério da Saúde; 2004.
3. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde – Orientações estratégicas para 2004-2010. Lisboa: Ministério da Saúde; 2004. p. 79-82.
4. URL: <http://www.onsa.pt/> [acedido em 14 de Fevereiro de 2004].